

Agroecologia e campesinato: pela valorização do conhecimento tradicional que possa leva à uma gestão do território assentada em bases culturais.

Pedro Paulo Videiro Rosa¹

Resumo: A partir do entendimento do camponês como classe social dentro do capitalismo, já que este detém a força de trabalho e os meios de produção; é possível situar que no âmbito da questão agrária é necessário estabelecer que suas bases de compreensão passem pelo desenvolvimento da produção capitalista, bem como o entendimento de suas classes sociais. O principal objetivo deste trabalho, concebendo este pressuposto, é fomentar a Agroecologia como forma dos camponeses conseguirem extrair mais renda, por depender menos do capital externo à propriedade. A Agroecologia mantém o foco no produtor, não na produção, devido ao fato de ser o produtor o dono de uma matriz sociocultural que produz o espaço a partir de formas endógenas, advindas do conhecimento tradicional transferido por gerações, que exalta a práxis do saber cotidiano e visa uma satisfação social antes da econômica. Por meio de uma matriz de pensamento popular latino-americana, identificada por Eduardo Sevilla Guzmán, é mostrada a necessidade de se valorizar as culturas tradicionais que resgatam ao passado de suas famílias devido ao amplo questionamento que se está dando sobre as técnicas modernas de produção, ao mesmo tempo em que aumentam o número de comunidades tradicionais que afirmam suas identidades em seus territórios. Pois, mesmo integradas às sociedades urbanas mais próximas, as comunidades tradicionais (dentre elas podem estar as sociedades camponesas) mantém sua base identitária e sua cultura local, de forma que, em sua maioria, mantém uma relação de sustentabilidade no manejo dos recursos naturais, aproximando o campesinato da proposta da Agroecologia. Por meio de variados referenciais bibliográficos que serviram de método a este estudo, foi notado que é inerente às sociedades camponesas o cultivo de sentimentos de solidariedade que culminam na identificação, por Theodor Shanin, de conceitos como cooperativismo rural, que favorece a coletividade que mantém uma maior socialização do trabalho; os ótimos diferenciais, que promove o conhecimento local ao entendê-lo como gerador de tecnologias próprias; e a cooperação vertical, que combina diferentes unidades de produção sobre diferentes formas de exploração. Todavia, a circulação do capital centrada em escala global e as políticas de Estado centralizadoras não permitem a ampla penetração desses processos que manteriam os pequenos produtores no meio rural, fortalecendo uma política de gestão do território assentada em bases culturais. Dessa maneira, cremos que a partir de uma perspectiva agroecológica de campesinato, caracterizada por uma forma peculiar de manejar os recursos naturais atrelados aos agroecossistemas locais e específicos de cada região, utilizando um conhecimento dependente do grau tecnológico de cada momento histórico e o alcance de assimilação de tal tecnologia; estabelece-se uma ponte entre campesinato, Agroecologia e produção do espaço. A ponte estabelecida entre o campesinato e a Agroecologia também serve de primeiro estágio a uma produção que esteja fundada no conceito de Racionalidade Ambiental de Enrique Leff, pois a produção estaria sendo realizada a partir de estratégias teóricas já trabalhadas, com ajudas de investigações científicas que privilegiariam a escala local que resultariam em ações práticas de melhora em nível de qualidade, e não quantidade. Onde a ressignificação e a revalorização social da natureza seja expressa por meio da apropriação cultural dos processos ecológicos. O trabalho busca a promoção de uma integração do campesinato a um modo específico de uso dos recursos naturais pelo seio de sua relação histórica do homem inserido no meio onde vive e produz seu próprio alimento.

¹ Bacharel em Geografia – Universidade de Brasília

1. Introdução

O espaço agrário se desenvolveu ao longo dos séculos e passou da utilização de biomassa como recurso energético para, a princípio, basear-se na energia oriunda do uso do carvão na máquina a vapor; causando uma revolução técnica no qual houve transformações nas relações de manipulação da matéria (Porto-Gonçalves, 2006). A partir daí, a agricultura pôde se especializar em monoculturas e também trocar insumos naturais produzidos no próprio local por insumos químicos produzidos principalmente por grandes corporações. Para o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, esta é a base em que a agricultura capitalista moderna se desenvolveu inicialmente, sobretudo nos países e regiões de colonização tardia enquanto agricultura de exportação, revelando que a monocultura, desde seus primórdios, é uma prática que não visa satisfazer as necessidades dos povos que a produzem.

O presente trabalho visa alcançar um entendimento das questões relativas quanto ao esgotamento desse enfoque mecanicista por meio da apresentação da Agroecologia, dentro de um universo de agricultores familiares inseridos em um projeto de busca pela sustentabilidade, seja ela social, alimentícia e/ou econômica; visto que a reprodução da agricultura familiar no Brasil se dá, em grande parte, por mérito dos próprios agricultores em permanecer na terra usufruindo de seus conhecimentos tradicionais para realizarem seu trabalho refletido na produção de alimentos.

2. Problemática dos espaços agrários: As monoculturas de exportação

Possuindo como base de sustentação a agricultura capitalista moderna, a monocultura se desenvolve, sobretudo em países periféricos enquanto agricultura para exportação, e têm como suporte uma técnica que vem atrelada a um pacote tecnológico empregado por empresas multinacionais que detém o controle de toda a produção agrícola, indo desde a produção de sementes até a colheita altamente dependente da mecanização, passando pela técnica que é altamente reproduzida e que traz embutida a ganância política, pois só faz sentido se é uma produção que não é utilizada para satisfazer quem a produz (PORTO-GONÇALVES, 2006).

No meio rural, observa-se que essa racionalidade se traduz na produção agrícola controlada pela superposição de tecnologias, derivadas de pesquisas científicas e inovações na gestão e controle da produção por essas empresas que buscam uma forma de otimização dos lucros, inserindo assim, o meio rural na lógica industrial de produção, em que a produtividade ganha status de protagonista (RAMOS, 2001).

O desenvolvimento do novo modelo agrário/agrícola no Brasil também mostra o mesmo sentido ao apontar para um modelo onde o monocultivo acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado e, com isso aumenta a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e suas famílias, como o do país como um todo. (PORTO-GONÇALVES, 2006:222, 223).

Inerente a esse processo de acumulação do capital está a questão da globalização econômica, que força a perda de identidades, da cultura local, da segurança alimentar, desterritorializando e reterritorializando grupos que permanecem marginalizados, seja em beiras de estradas reivindicando terras para cultivarem, seja nas periferias das grandes cidades, aumentando a pobreza e a miséria das mesmas. Afinal,

A conversão da natureza em objetos de trabalho e de seus produtos em mercadorias, o intercâmbio generalizado entre esses produtos em função do tempo de trabalho socialmente necessário – de seu valor –, não é um pressuposto filosófico materialista nem uma dialética do processo laboral da história humana em geral, e sim da estrutura social, da racionalidade teórica e prática e do modo de produção da sociedade capitalista (LEFF, 2006:52).

2.1 O entendimento sobre o Campesinato

De início, consideramos que seja mais oportuno explicitar o modo como o pequeno agricultor é entendido no estudo, por meio de reflexões e trazendo à tona considerações de importantes autores, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Eduardo Sevilla Guzmán.

O primeiro, principal pensador da geografia agrária no Brasil na atualidade, teve como referência na construção de seu pensamento a origem dialética, de caráter transformador baseado na justiça social. A partir da contribuição dos geógrafos libetários Piotr Kropotkin e Elisée Reclus, além de outros autores que contribuíram para a consolidação da dialética no pensamento agrário proveniente da Geografia no Brasil, como Orlando Valverde e Manuel Correia de Andrade; que o método ariovaldiano se consolida na dialética marxista de cunho social expressando sua versão de interpretação do campo no enfoque geográfico, em detrimento de outras duas correntes de interpretação do desenvolvimento capitalista no campo. A primeira acredita que houve relações feudais ou semif feudais no campo, explorando o trabalhador assalariado que luta pela reforma agrária na tentativa de extinção do feudalismo e incentivo à entrada do capitalismo no campo. A segunda corrente condiciona a sobrevivência dos camponeses à sua penetração na burguesia ou no proletariado, sendo assim, um resíduo social que o capitalismo iria levar a vias de extinção. Entretanto, Ariovaldo (*apud* BOMBARDI, 2007) se contrapõe a estas correntes citando o próprio Marx:

Penso que esses autores² “esqueceram” uma frase escrita por Karl Marx em *O Capital*: “*Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra*”, *constituem as três grandes classes na sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista.* (OLIVEIRA *apud* BOMBARDI, 2007: 327-330).

Dessa maneira pode ser considerado que os camponeses, como possuidores de seu espaço de produção, isto é, como proprietários de seu pedaço de terra, ou ainda, detentores de uma territorialidade específica e definida geograficamente, também se constituem como classe no processo de acumulação capitalista; o que mostra que sua crescente desterritorialização é resultado de um jogo de forças desigual entre os atores hegemônicos do capital e as pequenas comunidades tradicionais.

² Ariovaldo cita, entre outros, Maurice Dobb, Nelson Werneck Sodré e Inácio Rangel como autores que representam a primeira corrente.   a segunda corrente Ariovaldo exemplifica com Karl Kautsky, Vladimir I. Lênin, Caio Prado Jr., José Graziano da Silva e Ricardo Abramovay como expoentes.

³ Grifo nosso.

E nesse contexto de inclusão da terra entre as estruturas fundamentais do capitalismo, admite-se o camponês como classe social a partir da venda de sua produção e não de seu trabalho, já que o camponês detém a força de trabalho e os meios de produção conjuntamente, extraíndo a mais-valia (reprodução ampliada do capital) do produto já produzido, distinguindo a produção do capital da reprodução capitalista do capital. Esta assertiva de Ariovaldo é embasada na condição de que a produção do capital nunca é produto das relações capitalistas de produção, pois quando o capital ao entrar nesta relação é reproduzido via capitalismo e ocorre seu crescimento, há a reprodução ampliada do capital (PAULINO, 2007).

(...) o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; neste sentido o capitalismo se nutre de realidades não capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada do capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (OLIVEIRA *apud* ALMEIDA, 2007: 356).

O território também merece destaque na construção do pensamento ariovaldiano de maneira que deve ser apreendido como síntese do contraditório, por meio da totalidade real do modo de produção, distribuição, circulação, consumo e seus processos na construção do espaço socialmente construído por diferentes atores.

O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica do território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA *apud* PAULINO, 2007:340).

É a partir desta fundamentação teórica que foram originados dois conceitos fundamentais à Geografia: a monopolização do território pelo capital e a territorialização do capital. A monopolização se dá pela sujeição de renda, onde a expropriação do trabalho é acometida de submissão frente ao capital, onde o conhecimento fica restrito a um pequeno aspecto da produção, ocorrendo uma dependência por parte do agricultor familiar ao capital. Ou como cita Oliveira (*apud* PAULINO, 2007:345) “o capital monopoliza as frações do território dominadas pelos camponeses para se apropriar da renda gerada pelo trabalho familiar, e que está contida nos produtos que os camponeses necessitam colocar no mercado”. Na prática o que ocorre é a compra da produção camponesa a um preço mais baixo que seu real valor. Isto explica a diferença entre produção de capital e reprodução capitalista do capital, já que a reprodução somente ocorre nos processos produtivos em que a mais-valia é sacada diretamente dos trabalhadores assalariados. Já a territorialização do capital é o método pelo qual o capital se aloja na agricultura e por intermédio do controle da terra (não necessariamente posse), realiza a produção.

Após essa explanação do pensamento ariovaldiano, é oportuno conectá-lo ao pensamento de Eduardo Sevilla Guzmán, agrônomo e catedrático do Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos da Universidade de Córdoba, Espanha; que parte do pressuposto que o problema socioambiental pode ser contornado pelo manejo ecológico dos recursos naturais, onde dimensão social e política abarcam a Agroecologia advinda

do modelo camponês de conquista de sua soberania alimentar a partir do potencial endógeno de conhecimento agrícola.

O conceito de potencial endógeno em Agroecologia faz referência à identificação da historicidade de suas experiências vinculadas aos antepassados, na obtenção de aprendizados sobre as maneiras distintas de produção. “O grau de identificação dos agricultores com a matriz sociocultural, gerada em sua interação com seus recursos naturais, constitui a dimensão agrária do endógeno” (GUZMÁN, MOLINA, 2005).

Desde a década de 1980 fazendo pesquisas na área de Ciências Sociais envolvendo o pensamento agrário, Guzmán complementa o pensamento ariovaldiano, identificando cinco elementos centrais de uma matriz de pensamento popular latino-americana a partir de uma metodologia que rastreia os processos de afirmação de identidades gerados por meio de historicidades provenientes de memórias sociais. Os elementos centrais são: 1. a existência de etnicidades negadas por um marco de legalidade enquanto reconhecimento social da mestiçagem; 2. a partir da homogeneidade de uma elite de origem européia; 3. que controla as bases legais e morais das formas históricas de dominação política. O que reflete, em âmbito latino-americano, é uma simultaneidade presente nas realidades políticas e na homogeneidade das elites. No entanto, em contrapartida, surge uma 4. heterogeneidade sociocultural nas classes oprimidas, portadoras de 5. diferentes formas de conflictividade vinculadas à heterogeneidade sociocultural, articuladas em grande parte a um catolicismo popular com um potencial libertador (GUZMÁN, MOLINA, 2005:13,14).

Ressaltando a corrente de pensamento exposta como narodnismo russo para iniciar os estudos sobre o campesinato, Guzmán e Molina trazem a perspectiva da teoria social agrária “sobre a vigência das instituições encarregadas do manejo autônomo dos recursos naturais, socioeconômico e político das comunidades rurais” (*ibid*:20). Enquanto o narodnismo formulava uma teoria do campesinato destacando uma ligeira práxis revolucionária, surgia, paralelamente, o ramo conhecido como anarquismo agrário promovido por Bakunin e Kropotkin; que apesar de serem opostas, as duas correntes se assemelham na rejeição ao capitalismo e na utopia de uma sociedade mais justa, socialista, já que o capitalismo marca uma desorganização do campesinato, utilizando o bem-estar social do povo como uma variável de análise.

Em síntese, o narodnismo russo pode ser definido da seguinte forma: “uma práxis intelectual e política que elabora uma estratégia de luta contra o capitalismo caracterizada pelos seguintes traços” (GUZMÁN, MOLINA, 2005: 22,23): 1. O capitalismo estabelece uma ação de dominação sobre o povo, que responde se subordinando. Os sistemas de organização legal, dessa forma, acabam possibilitando o aparecimento de uma pequena parcela que tenta se legitimar por processos ilusórios; 2. Uma prosperidade de material contrária ao desenvolvimento físico, intelectual e moral é desenvolvida pelos sistemas de legalidade estabelecidos; 3. No campesinato russo, existia, ao contrário da competitividade que o capitalismo propõe, uma forma de solidariedade ao conjunto da sociedade; 4. O capitalismo tinha seu desenvolvimento limitado através das relações sociais do coletivismo camponês; 5. É essencial que haja uma cooperação solidária entre os intelectuais críticos e o campesinato, para que possam conjuntamente, alcançar um progresso baseado na justiça e na moral.

No entanto, é a partir do que consideram como interpretação errônea do marxismo ortodoxo que Guzmán e Molina trabalham o conceito de campesinato hoje vigente, pois esta se tornou a principal corrente dos teóricos marxistas e das classes proletárias que levaram a bandeira marxista rumo à revolução socialista. O enfoque desta corrente, construído por Marx e Engels, pode ser caracterizado por traços teóricos marcantes, como a incompreensão do contexto histórico exposto em *O Capital*, a interpretação errônea da última fase de pensamento de Marx por Engels, a unilateralidade do processo histórico e a consideração da agricultura como parte da indústria.

Todavia, o grande entusiasta dos novos estudos camponeses que refutam o marxismo ortodoxo agrário por sua unilateralidade é Theodor Shanin, que estabelece o narodnismo marxista como uma vertente “multilinear” de ações de desenvolvimento dos países periféricos.

Fazendo a ponte entre a consideração feita por Ariovaldo Umbelino de Oliveira de que os camponeses enquanto classe social detentora dos meios de produção e da força de trabalho conjuntamente, o potencial endógeno e a multilinearidade de processos produtivos e a matriz de pensamento popular latino-americana apontados por Sevilla Guzmán; trazemos a consideração de Kroeber (*apud* Guzmán e Molina, 2005) que caracterizou as sociedades camponesas como integradas às sociedades urbanas próximas, mas mantendo sua base identitária e cultural local, explicitada como

Uma forma de organização social com estruturas rurais apesar de viver em relação com os mercados das cidades, formando um segmento de classe de uma população maior que engloba geralmente centros urbanos e, às vezes, até capitais metropolitanas. Constituem sociedades parciais com culturas parciais. Carecem de isolamento, autonomia política e de autarquia dos grupos tribais, mas suas unidades locais conservam sua velha identidade, integração e apego à terra e aos cultivos (Kroeber⁴ *apud* Guzmán e Molina, 2005:55).

Levamos também em consideração a contribuição teórica de Chayanov que a Theodor Shanin acrescenta três conceitos-chave que embasam o marxismo de vertente chayanoviana e que merecem destaque como formas de superação socioeconômica dos camponeses. O *cooperativismo rural* que trata de uma democracia de base, no qual os agricultores favorecem a coletividade para manter uma maior socialização do trabalho por meio da exploração familiar. O conceito de *ótimos diferenciais* refere-se a uma mescla de estruturas econômicas e sociais que introduzem particularidades e promovem a articulação de processos tecnológicos produzidos por meios locais de conhecimento. Os ótimos diferenciais são, mormente considerados como a possibilidade do conhecimento local atuar como elemento gerador de tecnologias próprias, capazes de captar o potencial endógeno dos recursos naturais. E por último, o conceito chayanoviano de *cooperação vertical* propõe uma “combinação flexível em forma de cooperativa, de unidades de produção de diferentes tamanhos para as diferentes formas de exploração ou tipos de agricultura” (Guzmán e Molina, 2005:67,68).

Para Chayanov, se houvesse a articulação em torno desses três conceitos ocorreria “a introdução extensiva da racionalidade nos processos espontâneos, o que

⁴ A. L. Kroeber (1948) em *Anthropology*.

constitui a essência da obra da agronomia social” (Chayanov *apud* Guzmán e Molina, 2005:68), favorecendo uma ampla gama de pequenos produtores rurais que fariam a gestão da terra coletivamente entre as famílias.

Para complementar esta abarcação teórica, inserimos uma perspectiva agroecológica de campesinato, caracterizado por uma forma peculiar de manejar os recursos naturais atrelados aos agroecossistemas locais e específicos de cada região, utilizando um conhecimento dependente do grau tecnológico de cada momento histórico e o alcance de assimilação de tal tecnologia, gerando assim *graus de camponesidade*. Entre esses coeficientes, Víctor Manuel Toledo optou por listar esses indicadores. Entre eles estão: “a energia utilizada; a escala ou tamanho do âmbito social e produtivo de seu manejo; auto-suficiência; natureza da força de trabalho; diversidade; produtividade ecológico-energética e do trabalho; natureza do conhecimento e cosmovisão” (Toledo *apud* Guzmán e Molina:2005:82).

O embasamento oferecido pela discussão sobre a penetração do capitalismo no campesinato faz bem lembrar que deve haver uma integração do próprio campesinato a um modo específico de uso dos recursos naturais pelo entendimento da relação histórica do homem inserido no meio onde vive e produz seu próprio alimento; o que descaracterizaria a inserção de técnicas globalizantes no âmbito local de apreensão da realidade vivida traduzida em conhecimento.

Enquanto a sociedade caminha para seu objetivo de satisfazer as necessidades materiais, o campesinato aparece como uma maneira de se relacionar com a natureza ao se considerar como agente de um processo de co-evolução, entre conhecimento tradicional traduzido em um enfoque mais ecológico, configurando um modo de uso dos recursos naturais ou mesmo uma amostra do que vem a ser a natureza socioambiental.

3. Agroecologia e a valorização do conhecimento tradicional

Para que haja uma maior perpetuação do modo de vida camponês, vemos a necessidade de se visualizar a Agroecologia como um modo que favoreça não só o lado da preservação ambiental ligada à produção agrícola, mas sendo também relevante para a preservação da cultura tradicional local aliada também à melhora econômica e social das comunidades camponesas.

Para Enrique Leff (2006) é urgente a necessidade de que um paradigma produtivo esteja fundado em uma racionalidade ambiental que estabeleça estratégias teóricas, investigações científicas e ações práticas para que as qualidades da natureza sejam convertidas em fontes reais de riqueza, por meio de uma nova teoria que produza uma construção de sociedades sustentáveis; ressignificando e revalorizando socialmente a natureza por meio da apropriação cultural dos processos ecológicos, inserindo o homem na sua íntima relação entre cultura e o meio onde vive. E particularmente nesse ponto a Agroecologia aparece como principal método, ainda que mais teórico do que prático, que vai ganhando destaque nos meios acadêmico e científico.

A saber, a Agroecologia é um paradigma proposto pela nova filosofia da ciência, abarcando a historicidade como fator preponderante na compreensão do conhecimento científico. E é a partir dessa nova filosofia da ciência proposta por Thomas Kuhn que se

tem o desenvolvimento da ciência como uma atividade autônoma, e não mais linear/acumulativa; bem como seus modelos de apreensão da realidade não tem como conferir caráter neutro às descobertas científicas (GOMES, 2005).

O aparecimento de anomalias no paradigma científico vigente expõem a Agroecologia como um objeto a ser alcançado, um objeto em busca de sistematização, no qual encontram-se aportes isolados, advindos da epistemologia e da ciência convencional, revelando que a Agroecologia ainda não pode ser considerada um novo paradigma que conceda uma ruptura total à orientação convencional na agricultura moderna.

Teóricos como Prigogine e Stengers⁵ já começaram a traçar este novo paradigma científico, em que a construção de um novo diálogo metodológico substitua o da cientificidade em busca pela verdade absoluta, propondo uma nova aliança entre o homem e a natureza, afirmando que “é preciso ir além da aparência, para penetrar na essência das coisas e dos fenômenos” (Gomes, 2005:85).

Além disso, a ciência não pode ser válida somente dentro da comunidade que comparte os critérios de validade, assim como a objetividade da ciência não é independente do observador que a produz. Qualquer coisa que destrua ou limite a aceitação e a compreensão da diversidade, desde a presunção da posse da verdade até a certeza ideológica, destrói ou limita o fenômeno social, inclusive o científico, que não ocorre sem a aceitação dialógica e dialética do outro e da diferença (Gomes, 2005:85).

Garrido Peña (*apud* Gomes, 2005) contribui para a construção do novo paradigma científico ao estabelecer seu caráter anti-totalitário que erradica o exclusivismo e a hegemonia; seu caráter plural embasado no diálogo como reconhecimento da diferença; seu caráter termodinâmico que aceita as relações ambíguas de ordem e desordem. Supõe ainda uma cosmovisão pluralista, difusa, dinâmica, gradual e não-linear da natureza e do real; sendo também pós-tecnológico, já que o que importa é o modo e não a técnica em si.

É consonante, portanto, o aporte que Enrique Leff (2006) faz a partir do conceito de Racionalidade Ambiental, erigida a partir da desconstrução da racionalidade econômica e tecno/científica da modernidade, que abarca uma administração transparente do Estado e uma gestão participativa da sociedade na realização de uma sustentabilidade condicionada por um saber ambiental interdisciplinar, que incorpore normas ambientais dos atores econômicos, condutas individuais e organizações sociais.

A racionalidade ambiental é proposta sugerindo um encontro de diversas racionalidades, diferenciando da racionalidade capitalista pela relação conflituosa de interesses sociais entre diferentes atores, classes e grupos sociais.

A racionalidade ambiental não é, pois, a expressão de uma lógica ou uma lei;(…) é a resultante de um conjunto de normas, significados, interesses, valores e ações que não se dão fora das leis da natureza, mas que a sociedade não se limita simplesmente a imitar. (...) e estaria constituída por um conjunto de critérios para a tomada de decisões dos agentes sociais, para orientar as políticas públicas, normatizar os processos de produção e consumo e legitimar as ações e comportamentos de diferentes atores e grupos sociais para alcançar certos fins definíveis e objetos de desenvolvimento sustentável (Leff, 2006:250,251).

⁵ PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **La nueva alianza**: metamorfosis de la ciencia. Madrid: Alianza, 1994.

Dessa maneira, a racionalidade ambiental entraria em processo de consolidação mediante a articulação de quatro níveis de racionalidade; a *racionalidade material* que estabelece o sistema de valores com normas estabelecidas pelo comportamento social, além de orientar as ações de base social fundadas em princípios teóricos, materiais e éticos; a *racionalidade teórica* que estabelece os conceitos articulados em valores de racionalidade substantiva por meio de processos materiais, fundada no potencial ecológico e nas significações culturais distintas; a *racionalidade técnica* que produz vínculos funcionais entre objetivos sociais e bases materiais por meio de ações coerentes com a racionalidade material; e a *racionalidade cultural*, que serve de base a um sistema de significações que molda identidades diferenciadas de diversidades culturais, integrando práticas simbólicas, sociais e produtivas (Leff, 2006).

E como foi apresentado, o acúmulo de conhecimentos tradicionais é tão importante quanto o conhecimento científico neste novo paradigma em desenvolvimento, caracterizando

(...) o conhecimento cotidiano como produto tanto da acumulação pessoal, como do acúmulo das sucessivas gerações, e sua circulação depende diretamente da memória e da sabedoria. Iturra⁶ define essa forma de produção e de circulação de conhecimentos como epistemologia natural, o que significa que esses conhecimentos ou saberes cotidianos são dotados de valor epistêmico e de grande importância para a própria produção de conhecimento científico (Gomes, 2005: 90).

Em agricultura familiar, é sabido que o conhecimento tradicional depende da reprodução por meio do surgimento de novas pessoas e do aprendizado sobre o modo de reprodução que as caracteriza, definindo assim um contexto histórico e cultural. A partir daí que Norgaard apreende sua epistemologia evolucionista que propõem uma célebre classificação às premissas epistemológicas da Agroecologia, sendo seis delas: (1) os sistemas sociais e ecológicos têm potencial agrícola; (2) esse potencial foi captado pelos agricultores tradicionais, por tentativa e erro, seleção natural e aprendizagem cultural; (3) os sistemas sociais e ecológicos co-evolucionaram cada um mantendo dependência e semelhança com relação ao outro, gerando dependência estrutural; (4) a natureza do potencial dos sistemas sociais e biológicos pode ser melhor compreendida usando o atual estoque de conhecimentos científicos, permitindo compreender o estágio em que as culturas agrícolas tradicionais captaram e utilizaram esse potencial; (5) o conhecimento científico objetivo, o conhecimento desenvolvido nos sistemas tradicionais, o conhecimento e algumas inovações desenvolvidas pela ciência agrícola moderna e as experiências e tecnologias geradas por instituições agrícolas convencionais podem ser combinados para uma significativa melhora nos ecossistemas tradicional e moderno; (6) o desenvolvimento agrícola por meio da Agroecologia manterá mais opções ecológicas e culturais para o futuro e trará menores efeitos nocivos para a cultura e o meio ambiente do que a tecnologia por si só (Gomes, 2005:91).

A partir do resgate desses elementos expostos é que se permite fundamentar a proposta de um pluralismo metodológico na produção de um conhecimento agrário, partindo da base epistemológica agroecológica. Este pluralismo aborda uma variedade de contextos e soluções para a produção e a circulação do conhecimento agrário, bem como a abertura de conhecimentos e técnicas agrícolas tradicionais como fonte de

⁶ ITURRA, R. Letrados e campesinos: el método experimental en la antropología económica. In SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Ed.). **Ecología, campesinato e historia**. Madrid: La Piqueta, 1993.

conhecimento e práticas implicadas em revalorizar o contexto social e suas demandas de produção e circulação do conhecimento agrário pela combinação de técnicas variadas, numa perspectiva interdisciplinar.

Em resumo, os caminhos teóricos até agora traçados indicam que o pluralismo na produção do conhecimento, como base epistemológica para a agroecologia deve contribuir para superar a idéia de supremacia das ciências naturais sobre as ciências sociais proposta no fisicalismo e o caminho da especialização, como única forma capaz de promover o desenvolvimento da ciência. É necessário adotar não só ações do tipo interdisciplinar ou transdisciplinares como também promover o diálogo de saberes, articulando os conhecimentos científico e tradicional (Gomes, 2005:97).

Após o aporte teórico que revela o pluralismo epistemológico do enfoque agroecológico, estabelecemos que para incorporar o referente enfoque na construção do desenvolvimento rural é devido situar um breve suporte da condição da agricultura convencional frente à sustentável.

A alta produtividade revelada pela agricultura convencional é temporária, pois compromete a sua produtividade futura pelos seus métodos de cultivo intensivo do solo, monocultura de produção, aplicação de fertilizantes sintéticos, grande dependência de irrigação, controle químico de pragas e ervas daninhas, manipulação do genoma das plantas, etc. É revelado por Gliessman (2008) que durante a década de 1980, houve declínio na taxa de crescimento anual do setor agrícola, chegando a estagnar a produção agrícola per capita nos anos 90.

A perda do controle local sobre a produção agrícola ganha contornos mais expressivos durante a década de 1980, pois a produção de escala voltada para os *commodities* tende a tomar o controle das comunidades rurais sobre a produção de alimentos, substituindo o conhecimento tradicional por insumos comprados que requerem aplicação de capital e energia, como o uso de recursos naturais não-renováveis. Além disso, como aponta Gliessman (2008), os custos de produção e comercialização deixam os produtores com pouca margem de lucro, chegando a apenas 9% sua parcela na relação dólar por alimento-consumidor.

À medida que a população rural – que, antes, era capaz de se alimentar adequadamente e vender o excedente à população urbana – é empurrada para fora da terra, migra para as cidades, onde se torna dependente para a sua alimentação. Já que a maior parte do alimento produzido na área rural é destinado à exportação, quantidades crescentes devem ser importadas para as áreas urbanas em expansão. Devido a esta dinâmica, o montante das exportações de alimentos para os países em desenvolvimento, por parte dos países desenvolvidos, aumentou cinco vezes entre 1970 e 1990, ameaçando sua segurança alimentar e tornando-os ainda mais dependentes dos países desenvolvidos (Gliessman, 2008:49).

Sendo o território o palco da relação da sociedade com a natureza, os deslocamentos de pessoas no espaço representam a expressão do reordenamento territorial e ambiental de vínculos estabelecidos entre a população e seus recursos disponíveis. Porto-Gonçalves (2006) crê que a alimentação representa questão essencial para reprodução de identidades em sociedades mais tradicionais, tanto quanto o ato de procriação e abrigo dos filhos, na constituição de habitats e hábitos, territórios e culturas.

A opção proposta por Gliessman para reverter esse quadro de degradação sócio-ambiental é a preservação, a longo prazo, da superfície cultivável pela produção sustentável de alimentos, enquanto, em paralelo, ocorrem mudanças também nos padrões de consumo. A esta opção por uma agricultura sustentável, seguem alguns preceitos expostos pelo autor, como efeitos negativos mínimos no ambiente, preservação e recomposição da fertilidade do solo, uso racional da água que permita a recarga de aquíferos, dependência de recursos internos aos agroecossistemas pela substituição de insumos químicos por ciclagem de nutrientes, valorização e conservação da diversidade biológica e garantia de igualdade no acesso as práticas, conhecimentos e tecnologias agrícolas adequados que permitam um maior controle local dos recursos naturais.

O que se requer, então, é uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola, que construa sobre aspectos da conservação de recursos da agricultura tradicional local, enquanto, ao mesmo tempo, se exploram conhecimentos e métodos ecológicos modernos. Esta abordagem é configurada na ciência da Agroecologia, que é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (Gliessman, 2008:53,54).

Com base em seus princípios e técnicas, a Agroecologia determina se uma prática, insumo ou manejo agrícola é sustentável e a base ecológica para o funcionamento da estratégia de manejo definida a longo prazo. Se aplicada mais amplamente, pode ajudar a desenvolver um histórico das atividades agrícolas locais que determinem uma base de conhecimentos que possam ser aplicados à região de interesse, facilitando o desenho, por meio de observação empírica e avaliação de agroecossistemas sustentáveis; dando novas possibilidades de produção vegetal e animal.

Em resumo, temos que “a chave para a sustentabilidade é encontrar (...) um sistema que imite a estrutura e funções de ecossistemas naturais e, ainda assim, produza uma colheita para uso humano” (Gliessman, 2008, 566); compreendendo a agricultura como um modo complexo de se retirar proveito da terra a partir dos conhecimentos intrínsecos ao modo de vida local, respeitando a qualidade ambiental advinda de uma produção ecologicamente correta e que liberta a localidade da crescente insegurança alimentar.

Os agroecossistemas trabalhados à gerações pelos camponeses permitem contentar as necessidades locais e atender demandas inclusive nacionais, baseando-se na sustentabilidade a longo prazo. Para tanto, devem ser reconhecidos como exemplos de aplicação de conhecimento ecológico apurado.

Em um sentido amplo, a Agroecologia aponta uma dimensão integral em que pelas variáveis sociais pretende-se entender as múltiplas formas de dependência que a economia e a política geram ao agricultor. É considerado também que a matriz comunitária ao qual o agricultor está inserido é de suma importância, já que por meio da matriz sociocultural o agricultor é dotado de uma práxis intelectual e política que define sua identidade local e sua rede de relações sociais; que permitem elaborar propostas de ação social coletivas (Caporal & Hernández, 2004).

A eventual conversão para práticas sustentáveis de produção agrícola devem incidir, principalmente, de fatores éticos que encorajam os produtores a realizarem esta conversão. Entre esses fatores encontramos: (1) custo baixo de energia; (2) baixa

margem de lucro das práticas convencionais; (3) desenvolvimento de novas práticas viáveis; (4) aumento da consciência ambiental tanto de produtores como de consumidores; (5) novos mercados voltados para a agricultura alternativa (Gliessman, 2008). De fato, os produtores têm um papel fundamental nesse processo de transição, dependendo da sua capacidade de adaptar-se economicamente sua unidade de produção a esse novo contexto, o que pode explicar o sucesso de suas estratégias de manejo enquanto se inserem em diferentes mercados.

O estudo do processo de conversão a caminho da sustentabilidade começa com a identificação do local a ser estudado. Esse deveria ser uma unidade de produção de culturas comerciais em funcionamento, cujo proprietário-operador deseje convertê-la em algum tipo de manejo alternativo reconhecido, tal como agricultura orgânica certificada, e queira participar no desenho e manejo do sistema de produção durante o processo de conversão. Essa abordagem “centrada no produtor” é considerada essencial na busca de práticas de cultivo viáveis que, posteriormente, tenham melhor chance de ser adotadas por outros produtores (SWEZEY *apud* GLIESSMAN, 2008:575).

Desta maneira, para que haja realização correta da pesquisa agroecológica deve existir um entendimento da agricultura inserida no seu contexto social, entendendo os agroecossistemas como sistemas socioecológicos que permitam a avaliação de seus atributos a longo prazo, a partir de diferentes abordagens de entrada e saída de energia e nutrientes por meio da intervenção humana benéfica, e que compreenda a produção e a relação entre os componentes ecológicos e econômicos do manejo sustentável de agroecossistemas, na consagração de componentes sociais e ecológicos indispensáveis à consolidação agroecológica.

Metodológicamente la dinámica del proceso de construcción agroecológica de la nueva “realidad” es el siguiente: primero, tan solo el cambio *productivo* en base a la agricultura ecológica; después, el *socioeconómico* mediante la agricultura participativa y el salto al control de todo el proceso de circulación y los sectores no agrarios de la economía local; y, finalmente a la transformación *sociocultural y política*, mediante el cambio de las estructuras de poder, con la utilización del potencial endógeno (de conocimiento local y memoria histórica popular), ya rescatado e reconstruido o generado como algo nuevo allá donde no existiera históricamente (Guzmán, 2006:4).

4. Conclusão

Os camponeses detêm componentes essenciais na consolidação do espaço, seja local, regional ou nacional. A história nos mostra que os próprios países capitalistas desenvolvidos mantêm seus camponeses nos campos por motivação político-estratégica, enquanto suas transnacionais investem pesadamente em países como o Brasil, talvez o único no mundo ainda a possuir fronteiras agrícolas a serem exploradas.

Mas o que o camponês realmente quer é sua permanência na terra e, de sua posse, realizar-se em sua cultura, em seu modo de produção, em seus conhecimentos, em sua cosmovisão. E a oportunidade que a Geografia pode dar à essa valorização do tradicional é ser crítica ao perceber que as técnicas produzidas em outras matrizes de racionalidade, envolvendo outros povos e culturas, em outros solos e climas; é prejudicial à manutenção de suas próprias tradições, incluindo a alimentar que despontou no ano de 2008 em meia à crise global pela crescente insegurança alimentar proveniente da homogeneização das produções a nível mundial.

A começar pela Racionalidade Ambiental proposta por Enrique Leff pautada no princípio de que é possível estabelecer condições de todos se desenvolverem de maneira equitativa, igualitária, sem distinção de classes sociais. Enquanto a racionalidade teórica sistematiza os princípios em base tradicional e ecológica, a racionalidade material suporta valores éticos de coletividade, a racionalidade técnica materializa parte da racionalidade cultural em sistemas que favoreçam à boa produção, sem perdas sociais e ambientais.

Esta é a proposta de modo essencialmente prático de Gliessman quando este se refere no enfoque agroecológico centrado no produtor, pois este é dono de uma matriz sociocultural que o faz atuar na produção do espaço rural por formas endógenas, plurais, que exaltam sua práxis por meio de seu trabalho contido na produção altamente complexa que visa a satisfação social antes da econômica. E já é possível perceber o interesse de pessoas mais preocupadas com a realidade do país, como a EMATER do Rio Grande de Sul que propôs o enfoque agroecológico como diretriz de sua extensão rural, percebendo o agricultor como detentor de importantes práticas que justifiquem a justiça social e a qualidade ambiental, rompendo com as elites hegemônicas daquele estado. Esse caso demonstra não só interesses que convergem para um mesmo ponto entre pesquisadores/agricultores, mas também que é possível se inserir em mercados cada vez mais exigentes, sem refletir em um custo socioambiental em contrapartida.

Configurando a posse do território à parcela do povo interessada em realizar uma produção diversificada e sem uso de químicos, aumentando assim a consciência da população em torno da segurança alimentar e da propriedade da terra, enquanto é promovido o desenvolvimento em torno de alicerces como igualdade e justiça; ao mesmo tempo em que a socialização do conhecimento em torno do paradigma agroecológico possa ser capaz de estabelecer condições de uma vida produtiva à agricultura familiar

E como solução, a Agroecologia. Nela, os camponeses são partes de um todo, podem colocar seus conhecimentos à prova; não a prova científica, cartesiana, mas à prova do cotidiano, das estações do ano, da colheita, da memória coletiva dos antepassados. Nela, os camponeses detêm o conhecimento (epistemologia natural) que o pesquisador/cientista quer valorizar e, se possível, aprimorar a partir de estudos que evoquem a antiga Antropogeografia de Ratzel, de modo que o espaço produzido esteja vinculado com as práticas dos saberes populares e que, tendo isso em mente, o pesquisador/geógrafo possa entender que no seio dessa relação cultura camponesa – produção do espaço estejam as bases para uma gestão do território mais humanizada a partir de entendimento das relações entre as concentrações humanas, suas dinâmicas espaciais em difusão e desenvolvimento no rol de culturas e suas respectivas trocas por meio de historicidades que estão sempre se reproduzindo.

Bibliografia

ALMEIDA, Rosemeire A. *A geografia da prática de Ariovaldo e o campesinato: uma homenagem*. IN **Geografia Agrária. Teoria e Poder**. FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto; HERNÁNDEZ, Jaime Morález. **La agroecología desde Latinoamérica: avances e perspectivas**. 2004. Disponível em http://www.agroeco.org/brasil/books_port.html. Acesso em 21/04/08.

BOMBARDI, Larissa, M. *A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira*. IN **Geografia Agrária. Teoria e Poder**. FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3ª Ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2008.

GOMES, João Carlos Costa. *Bases Epistemológicas da Agroecologia*. IN **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. (ed. téc.) 1ª Ed. Brasília, DF. Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; **La Agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. 2006. Disponível em http://www.agroeco.org/brasil/books_port.html. Acesso em 25/03/08.

GUZMÁN, Eduardo, S.; MOLINA, Manuel, G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2005.

PAULINO, Eliane T. *Geografia Agrária e Questão Agrária*. IN **Geografia Agrária. Teoria e Poder**. FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 1ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Civilização Brasileira, 2006.

RAMOS, Soraia. *Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico científico informacional no Brasil*. IN **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. 1ª Ed. São Paulo: Ed.Record. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3ª ed. São Paulo. Editora Ática, 1990.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**. 1ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Civilização Brasileira, 2006.